

TRATADO DE AMIZADE, COOPERAÇÃO E COMÉRCIO ENTRE A
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA
ORIENTAL DO URUGUAI



Sua Excelência o Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, Ernesto Geisel, e Sua Excelência o Senhor Presidente da República Oriental do Uruguai, Juan Maria Bordaberry,

INSPIRADOS pelo propósito de reafirmar, em solene documento, os fraternos laços de amizade que unem tradicionalmente o Brasil e o Uruguai,

TENDO PRESENTE a importância jurídica, política e econômica do Acordo sobre a Definitiva Fixação da Barra do Arroio Chuí e do Limite Lateral Marítimo,

CÔNSCIOS do amplo campo de convergência de interesses que as condições dos dois países apresentam,

CERTOS de que se torna cada vez mais imperativa a coordenação de esforços para a solução de todas as questões de interesse comum,

TENDO EM VISTA a importância de incrementar e tornar mais operativa a mútua colaboração entre ambos os países,

ANIMADOS do desejo de estabelecer um sistema que atenda às crescentes exigências que a intensidade das relações recíprocas impõe,

IMBUÍDOS do propósito de fortalecer a integração entre ambos os países, como contribuição ao desenvolvimento de suas respectivas economias no contexto da integração regional e tendo em vista os objetivos da Associação Latino-Americana de Livre Comércio,

CONSCIENTES de que a situação de país de menor desenvolvimento econômico relativo do Uruguai deve ser objeto, enquanto seja necessário, de especial consideração nas relações econômicas recíprocas,

DECIDIDOS a levar avante um amplo programa que tenha como objetivo o incremento das relações políticas, econômicas, comerciais, financeiras, culturais, técnicas, científicas e turísticas,

Resolveram celebrar o presente Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio e, para esse efeito, nomearam seus Plenipotenciários, a saber:

O Presidente da República Federativa do Brasil, Sua Excelência o Senhor Embaixador Antonio Francisco Azeredo da Silveira, Ministro de Estado das Relações Exteriores,

O Presidente da República Oriental do Uruguai, Sua Excelência o Senhor Doutor Juan Carlos Blanco, Ministro das Relações Exteriores,

Os quais convieram nas disposições seguintes:

ARTIGO I

As Altas Partes Contratantes convêm em instaurar mecanismos permanentes de cooperação, entendimento e troca de informações sobre todos os assuntos de interesse comum, bilaterais ou multilaterais.

ARTIGO II

Os mecanismos a que se refere o Artigo I processar-se-ão por via diplomática ou através da Comissão Geral de Coordenação Brasileiro-Uruguiaia.

ARTIGO III

Fica instituída a Comissão Geral de Coordenação Brasileiro-Uruguiaia que terá por finalidade fortalecer a cooperação entre os dois países, analisar os assuntos de interesse comum e propor aos respectivos Governos as medidas que julgar pertinentes.

Parágrafo 1 - A Comissão será composta de uma seção de cada Parte.

Parágrafo 2 - As seções nacionais da Comissão serão integradas por igual número de delegados designados pelos respectivos Governos.

Parágrafo 3 - O Regulamento da Comissão será redigido pela própria Comissão e aprovado pelos dois Governos por troca de Notas.

ARTIGO IV

Os Governos do Brasil e do Uruguai, deixando constância, neste solene ato internacional, da satisfação com que registram a entrada em vigor, nesta data, do Acordo sobre a Definitiva Fixação da Barra do Arroio Chuí e do Limite Lateral Marítimo, celebrado em 21 de julho de 1972, e, tendo em conta os tratados bilaterais e multilaterais vigentes entre ambos, reafirmam os direitos e responsabilidades que, inclusive em matéria de segurança, correspondem respectivamente a cada um deles naquela região fronteiriça e suas áreas adjacentes, no Brasil e no Uruguai, inclusive no mar, seu leito, solo e subsolo.

ARTIGO V

O Brasil e o Uruguai empenharão os máximos esforços para lograr a progressiva ampliação e diversificação do intercâmbio comercial, mediante a utilização adequada das oportunidades que se apresentarem.

Nesse sentido, as Altas Partes Contratantes celebram, nesta data, um Protocolo de Expansão Comercial, adicional ao presente Tratado, que especifica as normas e procedimentos a que se sujeitarão as negociações respectivas que se realizarão no mais breve prazo possível.

O Protocolo de Expansão Comercial, levando em conta a situação de menor desenvolvimento econômico relativo do Uruguai, criará condições mais favoráveis para um razoável equilíbrio de resultados no comércio bilateral.

ARTIGO VI

As Altas Partes Contratantes empreenderão ações conjuntas destinadas à realização de obras de infraestrutura de interesse comum. Em especial, darão impulso prioritário ao programa de desenvolvimento no âmbito da Bacia da Lagoa Mirim e celebrarão, a respeito, um tratado.

ARTIGO VII

O Governo brasileiro, com o intuito de colaborar com o Governo uruguaio em seus planos de desenvolvimento, cooperará, dentro de suas possibilidades, e na forma que for fixada de comum acordo, na construção da represa hidrelétrica de Palmar, através de financiamento para a aquisição e utilização de equipamentos e serviços brasileiros.

ARTIGO VIII

As Altas Partes Contratantes estimularão, dentro de um

quadro de coparticipação e de conformidade com suas respectivas legislações nacionais, os investimentos destinados a impulsionar a cooperação econômica mútua, tanto no setor público, como no setor privado, inclusive mediante a celebração de acordos de complementação industrial e a criação de empresas binacionais. Nesse contexto, levar-se-á em conta a situação de menor desenvolvimento econômico relativo do Uruguai.

ARTIGO IX

A fim de cooperar com os planos de desenvolvimento industrial do Governo uruguaio, o Governo brasileiro estudará as possibilidades de estender ao Uruguai linhas de crédito para a aquisição no Brasil de bens de capital.

ARTIGO X

A República Oriental do Uruguai concederá aos bens de capital originários do Brasil, que se importem em seu território, em virtude de acordos de linhas de crédito global que acordem as instituições competentes de ambos países, o tratamento mais favorável que se outorgue a essas importações, com exceção dos direitos consulares.

ARTIGO XI

A fim de impulsionar a cooperação no setor agropecuário, ambos países intercambiarão informações e experiências, bem como se prestarão reciprocamente a maior assistência possível em matéria de produção e técnicas agrícolas e poderão celebrar acordos comerciais de produtos agropecuários destinados a promover a complementação das produções nacionais e a assegurar o acesso aos mercados e abastecimentos respectivos.

ARTIGO XII

O Governo brasileiro, no espírito do Artigo preceden-

precedente, concederá ao Uruguai, na forma em que ficar estabelecido em instrumento próprio, uma linha de crédito para o desenvolvimento da triticultura.

ARTIGO XIII

O Governo brasileiro, considerando o Artigo IX, estudará, por solicitação do Governo uruguaio, as possibilidades de concessão de linhas de crédito para o equipamento das empresas de pesca constituídas com capitais brasileiros e uruguaiois.

ARTIGO XIV

A fim de promover o comércio recíproco, as Altas Partes Contratantes acordam celebrar um convênio bilateral que estabeleça as condições em que se efetuará o transporte marítimo de cargas objeto do intercâmbio entre os dois países.

As Altas Partes Contratantes convêm, outrossim, celebrar acordos para o transporte de cargas que utilize outras vias aquáticas.

ARTIGO XV

As Altas Partes Contratantes, tendo presentes as resoluções das reuniões de Ministros de Transportes do Cone Sul e considerando a importância dos projetos de interconexão dos sistemas rodoviários dos dois países e as possibilidades de cooperação bilateral no que diz respeito aos transportes terrestres, acordam dar tratamento prioritário ao assunto e tomar todas as medidas tendentes a resolver as questões de natureza bilateral.

ARTIGO XVI

O Governo brasileiro, considerando o Artigo precedente, estudará, por solicitação do Governo uruguaio, as possibilidades de concessão de assistência técnica para estudos relativos à implan-

implantação de obras rodoviárias e ferroviárias em território uru-
guaio.

X

ARTIGO XVII

Dado o especial interesse, para o desenvolvimento da economia regional, da interligação das redes de telecomunicações dos dois países, as Altas Partes Contratantes convêm estabelecer um sistema de cooperação mútua nesse campo, que preveja o fornecimento de equipamentos e o intercâmbio de técnicos.

ARTIGO XVIII

As Altas Partes Contratantes terão presentes as necessidades de suprimento de energia em seus territórios, especialmente nas regiões fronteiriças, e procurarão satisfazê-las nas melhores condições técnicas e financeiras, inclusive mediante interconexão dos respectivos sistemas elétricos.

ARTIGO XIX

As Altas Partes Contratantes, no espírito do Convênio Cultural celebrado em 28 de dezembro de 1956, analisarão formas mais eficazes de ampliar a cooperação bilateral nos campos da educação, ciência e cultura.

ARTIGO XX

As Altas Partes Contratantes, reconhecendo as vantagens recíprocas de uma cooperação científica e técnica estreita e bem ordenada, comprometem-se a estimulá-la pelos meios adequados. Para tanto, as Altas Partes Contratantes convêm celebrar um acordo básico de cooperação científica e técnica, com o objetivo de ativar a realização conjunta ou coordenada de programas de pesquisas e desenvolvimento; a criação e operação de instituições de pesquisa ou centros de aperfeiçoamento e produção experimental e a organização de seminários e conferências, intercâmbio de informações e documentação e esta

estabelecimento de meios destinados à sua difusão.

ARTIGO XXI

As Altas Partes Contratantes tomarão todas as medidas necessárias ao incremento do intercâmbio turístico bilateral, inclusive no que diz respeito à facilitação dos trâmites e formalidades para o ingresso nos seus territórios respectivos dos nacionais dos dois países.

Com esse objetivo, iniciarão campanhas permanentes de promoção turística conjunta, para aproveitar o atual potencial no setor e estudarão as possibilidades de cooperação bilateral com vistas ao desenvolvimento pleno das áreas de interesse turístico comuns a ambos países.

ARTIGO XXII

Além dos instrumentos internacionais previstos no presente Tratado e dentro do espírito que o informa, as Altas Partes Contratantes celebrarão, sempre que as circunstâncias aconselharem, protocolos adicionais ou outro tipo de atos internacionais sobre todos os assuntos de interesse comum.

ARTIGO XXIII

O presente Tratado entrará em vigor na data da troca dos Instrumentos de Ratificação e terá vigência até que as Altas Partes Contratantes, mediante novo Acordo, adotem decisão que estimem conveniente.

EM FÉ DO QUE os Plenipotenciários acima mencionados assinam o presente Tratado, em dois exemplares em português e espanhol, ambos os textos igualmente autênticos.

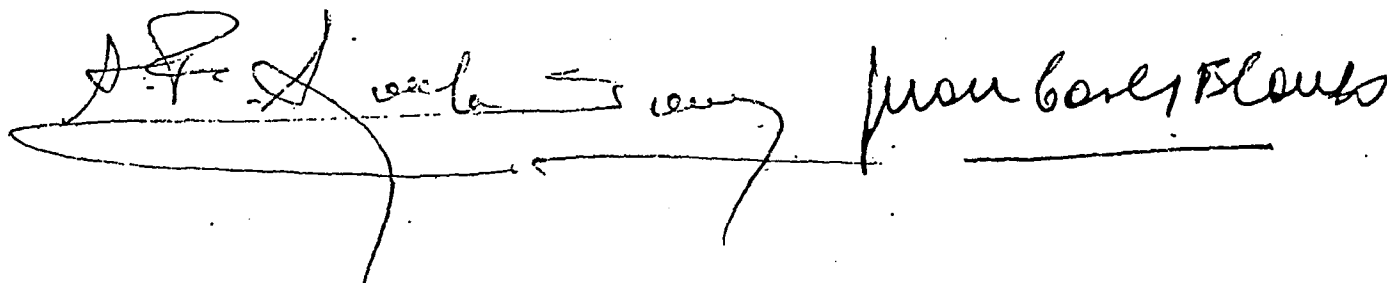
Feito na cidade de Rivera, aos doze dias do mês de junho de 1975.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL:

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
ORIENTAL DO URUGUAI:

Antonio F. Azeredo da Silveira

Juan Carlos Blanco

The image shows two handwritten signatures. On the left is the signature of Antonio F. Azeredo da Silveira, which is a complex, cursive script with a large loop at the end. On the right is the signature of Juan Carlos Blanco, which is also cursive but more legible, with a horizontal line underneath it.

TRATADO DE AMISTAD, COOPERACION Y COMERCIO

ENTRE LA REPUBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL

Y LA

REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY

- - - - -

Su Excelencia el señor Presidente de la República Federativa del Brasil, Ernesto Geisel y Su Excelencia el señor Presidente de la República Oriental del Uruguay, Juan María Bordaberry;

INSPIRADOS en el propósito de reafirmar, en solemne documento, los fraternos lazos de amistad que unen tradicionalmente a Brasil y a Uruguay;

TENIENDO PRESENTE la importancia jurídica, política y económica del Acuerdo sobre la Definitiva Fijación de la Barra del Arroyo Chuy y del Límite Lateral Marítimo;

CONSCIENTES del amplio campo de convergencia de intereses que las condiciones de los dos países presentan;

CONVENCIDOS de que se hace cada vez más imperativa la coordinación de esfuerzos para la solución de todas las cuestiones de interés común;

TENIENDO EN CUENTA la importancia de incrementar y hacer más operativa la mutua colaboración entre ambos países;

ANIMADOS del deseo de establecer un sistema que atienda las crecientes exigencias que la intensidad de las relaciones recíprocas impone;

IMBUIDOS del propósito de fortalecer la integración entre los dos países, como contribución al desarrollo de sus respectivas economías dentro del contexto de la integración regional y teniendo en cuenta los objetivos de la Asociación Latino

CONSCIENTES de que la situación de país de menor desarrollo económico relativo del Uruguay debe ser objeto, en tanto sea necesario, de especial consideración en las relaciones económicas recíprocas;

DECIDIDOS a llevar adelante un amplio programa que tenga como objetivo el incremento de las relaciones políticas, económicas, comerciales, financieras, culturales, técnicas, científicas y turísticas;

HAN RESUELTO celebrar el presente Tratado de Amistad, Cooperación y Comercio y, para ese efecto, han nombrado sus Plenipotenciarios, a saber:

El Presidente de la República Federativa del Brasil, a su Excelencia el señor Embajador Antonio Francisco Azeredo da Silveira, Ministro de Estado de Relaciones Exteriores;

El Presidente de la República Oriental del Uruguay, a su Excelencia el señor Doctor Juan Carlos Blanco, Ministro de Relaciones Exteriores;

Los cuales convinieron las disposiciones siguientes:

ARTICULO I

Las Altas Partes Contratantes convienen en instaurar mecanismos permanentes de cooperación, entendimiento e intercambio de informaciones sobre todos los asuntos de interés común, bilaterales o multilaterales.

ARTICULO II

Los mecanismos a que se refiere el Artículo I se procesa

rán por vía diplomática o a través de la Comisión General de Coordinación Uruguayo-Brasileña.

ARTICULO III

Queda instituída la Comisión General de Coordinación Uruguayo-Brasileña, que tendrá por finalidad fortalecer la cooperación entre los dos países, analizar los asuntos de interés común y proponer a los respectivos Gobiernos las medidas que juzgare pertinentes.

Parágrafo 1º.- La Comisión estará compuesta de una Sección de cada Parte;

Parágrafo 2º.- Las secciones nacionales de la Comisión estarán integradas por igual número de delegados designados por los respectivos Gobiernos;

Parágrafo 3º.- El reglamento de la Comisión será redactado por la propia Comisión y aprobado por los dos Gobiernos por cambio de Notas.

ARTICULO IV

Los Gobiernos del Brasil y del Uruguay dejando constancia, en este solemne acto internacional, de la satisfacción con que registran la entrada en vigor, en esta fecha, del Acuerdo sobre la Definitiva Fijación de la Barra del Arroyo Chuy y del Límite Lateral Marítimo, celebrado el 21 de julio de 1972, y teniendo en cuenta los tratados bilaterales y multilaterales vigentes entre ambos, reafirman los derechos y responsabilidades que, incluso en materia de seguridad, corresponden respectivamente a cada uno de ellos en esa región fronteriza y sus

áreas adyacentes en el Brasil y en el Uruguay, inclusive en el mar, su lecho, suelo y subsuelo.

ARTICULO V

El Brasil y el Uruguay empeñarán los máximos esfuerzos para lograr la progresiva ampliación y diversificación del intercambio comercial, mediante la utilización adecuada de las oportunidades que se presentaren.

En ese sentido, las Altas Partes Contratantes celebran, en esta fecha, un Protocolo de Expansión Comercial, adicional al presente Tratado, que especifica las normas y procedimientos a que se ajustarán las negociaciones respectivas, las cuales se realizarán en el más breve plazo posible.

El Protocolo de Expansión Comercial, teniendo en cuenta la situación de menor desarrollo económico relativo del Uruguay, creará condiciones más favorables para un razonable equilibrio de resultados en el comercio bilateral.

ARTICULO VI

Las Altas Partes Contratantes emprenderán acciones conjuntas destinadas a la realización de obras de infraestructura de interés común. En especial, darán impulso prioritario al programa de desarrollo en el ámbito de la Cuenca de la Laguna Merín y celebrarán, al respecto, un Tratado.

ARTICULO VII

el Gobierno uruguayo en sus planes de desarrollo, cooperará, dentro de sus posibilidades, en la forma que fuere fijada de común acuerdo, en la construcción de la represa hidroeléctrica de Palmar, a través de financiación para la adquisición y utilización de equipos y servicios brasileños.

ARTICULO VIII

Las Altas Partes Contratantes estimularán, dentro de un cuadro de coparticipación y de conformidad con sus respectivas legislaciones nacionales, las inversiones destinadas a impulsar la cooperación económica mutua, tanto en el sector público, como en el sector privado, inclusive mediante la concertación de acuerdos de complementación industrial y la creación de empresas binacionales. En este contexto, se tendrá en cuenta la situación de menor desarrollo económico relativo de Uruguay.

ARTICULO IX

A fin de cooperar con los planes de desarrollo industrial del Gobierno uruguayo, el Gobierno brasileño estudiará las posibilidades de extender al Uruguay líneas de crédito para la adquisición en el Brasil de bienes de capital.

ARTICULO X

La República Oriental del Uruguay concederá a los bienes de capital originarios del Brasil, que se importen en su territorio, en virtud de acuerdos de líneas de créditos globales que convengan las instituciones competentes de ambos países, el tra

con excepción de los derechos consulares.

ARTICULO XI

Con el fin de impulsar la cooperación en el sector agropecuario, ambos países intercambiarán informaciones y experiencias, y se prestarán recíprocamente la mayor asistencia posible en materia de producción y técnicas agrícolas y podrán celebrar acuerdos comerciales de productos agropecuarios destinados a promover la complementación de las producciones nacionales y a asegurar el acceso a los mercados y los abastecimientos respectivos.

ARTICULO XII

El Gobierno brasileño, en el espíritu del artículo precedente, concederá al Uruguay, en la forma en que queda establecido en instrumento propio, una línea de crédito para el desarrollo de la triticultura.

ARTICULO XIII

El Gobierno brasileño, considerando el Artículo IX, estudiará, a solicitud del Gobierno uruguayo, las posibilidades de concesión de líneas de crédito para el equipamiento de las empresas de pesca constituidas con capitales uruguayos y brasileños.

ARTICULO XIV

A fin de promover el comercio recíproco, las Altas Partes Contratantes acuerdan celebrar un convenio bilateral que

establezca las condiciones en que se efectuará el transporte marítimo de cargas objeto del intercambio entre los países.

Las Altas Partes Contratantes convienen, asimismo, celebrar acuerdos para el transporte de cargas que utilice otras vías acuáticas.

ARTICULO XV

Las Altas Partes Contratantes, teniendo presentes las resoluciones de las Reuniones de Ministros de Transportes del Cono Sur y considerando la importancia de los proyectos de interconexión de los sistemas carreteros de los dos países y las posibilidades de cooperación bilateral en lo que dice relación con los transportes terrestres, acuerdan dar tratamiento prioritario al asunto y tomar todas las medidas tendientes a resolver las cuestiones de naturaleza bilateral.

ARTICULO XVI

El Gobierno brasileño, considerando el Artículo precedente, estudiará, a solicitud del Gobierno uruguayo, las posibilidades de concesión de asistencia técnica para estudios relativos a la implantación de obras carreteras y ferroviarias en territorio uruguayo.

ARTICULO XVII

Dado el especial interés, para el desarrollo de la economía regional, de la interconexión de las redes de telecomunicaciones de los dos países, las Altas Partes Contratantes

convienen establecer un sistema de cooperación mutua en ese campo, que prevea el suministro de equipos y el intercambio de técnicos.

ARTICULO XVIII

Las Altas Partes Contratantes tendrán presentes las necesidades de suministro de energía en sus territorios, especialmente en las regiones fronterizas, y procurarán satisfacerlas en las mejores condiciones técnicas y financieras, inclusive mediante la interconexión de los respectivos sistemas eléctricos.

ARTICULO XIX

Las Altas Partes Contratantes, en el espíritu del Convenio Cultural celebrado el 28 de diciembre de 1956, analizarán formas más eficaces de ampliar la cooperación bilateral en los campos de la educación, la ciencia y la cultura.

ARTICULO XX

Las Altas Partes Contratantes, reconociendo las ventajas recíprocas de una cooperación científica y técnica estrecha y bien ordenada, comprométense a estimularla por los medios adecuados. Por lo tanto, las Altas Partes Contratantes convienen en celebrar un Acuerdo Básico de Cooperación Científica y Técnica, con el objetivo de activar la realización conjunta o coordinada de programas de investigación y desarrollo; la creación y operación de instituciones de investigación o centros de per-

feccionamiento y producción experimental y la organización de seminarios y conferencias, intercambio de informaciones y documentación y el establecimiento de medios adecuados para su difusión.

ARTICULO XXI

Las Altas Partes Contratantes tomarán todas las medidas necesarias para el incremento del intercambio turístico bilateral, inclusive en lo que respecta a la facilitación de los trámites y formalidades para el ingreso en sus territorios respectivos de los nacionales de los dos países.

Con ese objetivo, iniciarán campañas permanentes de promoción turística conjunta, para aprovechar el actual potencial en el sector y estudiarán las posibilidades de cooperación bilateral con vistas al desarrollo pleno de las áreas de interés turístico comunes a ambos países.

ARTICULO XXII

Además de los instrumentos internacionales previstos en el presente Tratado y dentro del espíritu que lo informa, las Altas Partes Contratantes celebrarán, siempre que las circunstancias lo aconsejen, protocolos adicionales u otro tipo de actos internacionales sobre todos los asuntos de interés común.

ARTICULO XXIII

El presente Tratado entrará en vigor en la fecha del cambio de los instrumentos de ratificación y tendrá vigencia hasta que las Altas Partes Contratantes, mediante nuevo acuerdo

adopten la decisión que estimen conveniente.

En fe de lo cual los Plenipotenciarios arriba mencionados suscriben el presente Tratado, en dos ejemplares, en portugués y en español, siendo ambos textos igualmente auténticos.

H E C H O en la ciudad de Rivera a los 12 días del mes de junio de 1975.

POR EL GOBIERNO DE LA
REPUBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL

POR EL GOBIERNO DE LA
REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY

